Resenha da ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo

Realizada em 24 de setembro de 2020 – por videoconferência

Declarada aberta a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, sob a presidência do Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, Vice-Presidente Conselheira Rosy Maria de Oliveira, 1º Secretário, Edson Toshio Kubo, 2ª Secretária, Ester Miriam Belo Rodrigues, realizada por videoconferência, em razão da quarentena imposta pela pandemia da Covid-19, com o isolamento social, o Presidente do Conselho Deliberativo, Paulo César Corrêa Borges, saudou a todos, solicitando que o link da reunião não fosse compartilhado com terceiros, sem autorização prévia da Mesa, assim como o link da gravação da reunião. Destacou que os votos contrários deveriam ser incluídos no chat, preferencialmente, assim como as abstenções, sendo o silêncio considerados votos favoráveis à aprovação das deliberações. A declaração de voto deveria ser feita por escrito e encaminhada em até 24 horas para a Secretaria do Conselho, para que pudesse constar da ata.

O Presidente do Conselho Fiscal, Conselheiro Luiz Sérgio Schiachero cumprimentou a todos e a Mesa Diretora. Na sequência, cumprimentaram a todos os presentes: a Conselheira Elvira Stippe Bastos, em nome dos Coordenadores; representando os aniversariantes do mês, o Conselheiro Reinaldo Musetti; representando as mulheres aniversariantes, a Conselheira Ana Maria Villella Alvarez Martinez; o Presidente da Comissão de Justiça, Conselheiro Antônio Luiz Pires Neto; o Conselheiro Miguel Angelo Paccagnella, representando o Presidente da Comissão de Assuntos Estatutários e Regimentais; e, por fim, a Presidente da Comissão de Economia e Finanças, Conselheira Rosely Duarte Corrêa.

O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, fez uma reflexão com todo o Conselho, conclamando a todos para se unir em prol da nossa Associação, no momento em que temos uma pandemia causando crise em todo o País, no Mundo, e particularmente para a AFPESP. A representação dos associados é atribuição por eleição direta para o Conselho Deliberativo, e não pode ser olvidada por nenhum Conselheiro ou Diretor. A interação dos Conselheiros com os associados deve ser aprimorada com logística adequada e respeito aos ditames do Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Se o associado recebe informação privilegiada, pode haver quebra de confiança mútua entre os Conselheiros e entre Conselheiros e Diretores, o que apenas serve para enfraquecer o exercício da representatividade, quebrando as regras da transparência. Isso só interessa a quem quer enfraquecer os órgãos da administração superior, com projetos pessoais seja de poder, substituindo os titulares no exercício das funções dos seus cargos, no Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal ou Diretoria Executiva. Ou nos unimos ou nos enfraquecemos, dando oportunidade para a discórdia, que não se confunde com a divergência de opiniões, com o debate democrático de proposta ou deliberações a serem adotadas. Esta Mesa Diretora do Conselho sempre atuará com transparência, nos limites regimentais, obviamente, sempre se posicionará ao lado da verdade, e se pautará pela decisão colegiada.

Inversão da Ordem do Trabalhos - Aprovada.

Apreciação e votação da Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada em 27.08.2020 - Aprovada sem discussão.

Ordem do Dia

Proposição da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, subscrita pelos Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, Conselheira Rosy Maria de Oliveira, Conselheiro Edson Toshio Kubo e Conselheira Ester Miriam Belo Rodrigues, para a manutenção das reuniões por videoconferência, retornando à presencial, apenas quando a cidade de São Paulo permanecer ao menos por 28 dias consecutivos na Fase 4-Verde, do Plano São Paulo de Retomada Consciente. Aprovada por unanimidade.

Proposição da Conselheira Giuliana Angela Palumbo para que, após o período da pandemia, as reuniões do Conselho Deliberativo possam ser híbridas, disponibilizando-se o link para opção da participação online. A Conselheira Giuliana Angela Palumbo falou também da modernidade como alternativa, referindo-se às reuniões à distância ao lado das presenciais, que incluiria o fator da economia. O Conselheiro Edison Pinceli informou que qualquer mudança sobre as reuniões do Conselho depende de alteração do Regimento Interno, e só poderá ocorrer por meio de resolução previamente encaminhada às Comissões de Justiça e de Assuntos Estatutários e Regimentais. A Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado entendeu que a mudança no Regimento se faz necessária, pois muitas vezes você tem algum impedimento de última hora. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria concordou com a questão de ordem levantada pelo Conselheiro Edison Pinceli, e lembrou que muitas matérias importantes exigem votação secreta, que fica inviabilizada na reunião por vídeo. O Conselheiro Eduardo Primo Curti concordou com a manifestação do Conselheiro Cássio Juvenal Faria, mas também achou pertinente a proposta da Conselheira Giuliana Angela Palumbo. A reunião mista seria muito favorável, se vencermos essas questões relacionadas às regras do Regimento. O Conselheiro Luis Gustavo da Silva Pires aderiu à idéia da Conselheira Giuliana Angela Palumbo, e com as reuniões híbridas, a Associação faria bastante economia. A Conselheira Haydée Santos Galvão Mello concordou com a proposta do Conselheiro Edison Pinceli, para continuarmos com as reuniões presenciais. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, indagou à Conselheira Giuliana Angela Palumbo se concordava em transformar sua proposição em proposta de alteração do Regimento Interno, a qual respondeu afirmativamente. O Presidente submeteu ao Plenário a questão de ordem apresentada pelo Conselheiro Edison Pinceli, assim como a concordância da autora com a sugestão do Conselheiro Luis Gustavo da Silva Pires, para que fosse encaminhada proposta de alteração do Regimento Interno às Comissões Permanentes. Aprovada por unanimidade.

Proposição da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo, subscrita pelos Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, Conselheira Rosy Maria de Oliveira, Conselheiro Edson Toshio Kubo e Conselheira Ester Miriam

Belo Rodrigues, para fortalecimento da representação exercida pelos Conselheiros, sem qualquer distinção. A proposta foi denominada "Transparência e Fale com o Conselho" e continha seis itens: a) Recebimento de sugestão de proposta ou indicação enviada pelo associado ao e-mail próprio do Conselho, com triagem por Comissão Especial e pela Mesa, para submissão ao Plenário; b) Encontro mensal com associados por videoconferência, convidados por Conselheiros, com a participação dos Conselheiros que tiverem interesse; c) Convite a associado por Conselheiro para acompanhar a reunião por videoconferência, ou presencial, sem ônus para a AFPESP; havendo limitação de lotação na sala de reunião, haveria alternância de grupos de Conselheiros a formularem o convite para cada reunião; d) Transmissão por streaming/live, ao vivo das reuniões do Conselho Deliberativo; e) Remessa da resenha da Ata, depois de aprovada, para o e-mail cadastrado, para todos os associados, inclusive pelas mídias sociais e também pelos próprios Conselheiros, após a aprovação da Ata, para seus contatos e mídias sociais. O objetivo é buscar o aprimoramento da representação do associado pelos Conselheiros, a aproximação e a transparência dos trabalhos de forma rápida e direta. O Conselheiro Eduardo Primo Curti observou que em relação ao acompanhamento por associados, se preocupou, porque precisaríamos de regras e critérios muito bem estabelecidos, pois poderia causar algum problema ao se autorizar um e não autorizar outro. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria entendeu que as propostas no tocante as letras c-d-e-f, com o devido respeito, não deveriam ser acolhidas. Sobre a participação do associado, incluídas nas letras a-b, antecipou seu voto favorável. A Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Machado achou superinteressante a indicação dos associados para essa participação, depois da triagem. O Conselheiro Antônio Carlos Duarte Moreira teve uma preocupação quanto à participação dos associados. Na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal os eleitores são recebidos no gabinete dos Deputados e estes fazem o encaminhamento. É preciso pensar muito bem de que maneira podemos trazer o associado, para que ele sinta que os seus anseios estão sendo acolhidos pelos Conselheiros e pelo Conselho Deliberativo. O Conselheiro José Luiz Rocha informou que essa participação e acompanhamento das reuniões já existem em nosso Regimento. O Conselheiro Antônio Luiz Pires Neto achou a proposta interessante e digna de estudos, mas ficou preocupado especialmente quanto ao item "a", pois disse que, na Secretaria dos Conselhos, tem três funcionários sobrecarregados de trabalho e haveria problemas de infraestrutura no Conselho para atender tudo isso. Nessas circunstâncias, manifestou voto contrário em relação ao item "a". A Conselheira Elizabeth Massuno concordou com o item b, e lembrou que temos apenas dois funcionários agora na Secretaria. A Conselheira Silva Lin Mei Tchun parabenizou a Mesa pela preocupação de fazer a transparência aos associados. O Conselheiro José Carlos Carone informou que é contra a participação dos associados. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, passou a matéria à votação de cada item, a) rejeitado; Item b: Aprovado. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria lembrou do adiantado da hora e sugeriu que os demais itens fossem votados em bloco. A Mesa acolheu a sugestão e, após a aprovação do Plenário para a votação em bloco, os Itens c, d, e, e f, foram rejeitados.

Proposição da Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado para que fosse feita nova requisição à Diretoria Executiva em relação aos cartões corporativos, diante das limitações das respostas encaminhadas pelos ofícios n. 49 e 50, que considerou não atenderam às requisições anteriores quanto aos questionamentos principais: nome de todos os portadores de cartão corporativo e os gastos realizados por cada um deles, de janeiro agosto de 2020. A Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado fez a proposição porque ficou surpresa com o número grande, de cartões. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria informou que na resposta constante dos Ofícios 49 e 50, o Senhor Presidente da Diretoria Executiva, nos informou que alguns "Diretores e Coordenadores" dispunham desse cartão, e informou que o gasto mensal neste ano tinha sido de R$20.405,00 na Diretoria e de R$4.850,00 nas Coordenadorias. O Presidente da Diretoria Executiva informou também que os gastos são periodicamente examinados e submetidos ao Controle da Controladoria e da Tesouraria. Lembrou que a fiscalização compete ao Conselho Deliberativo, de acordo com o art. 55-d, do Estatuto. O Conselheiro Antônio Arnosti lembrou que até os motoristas também tinham esse cartão para despesas apenas relativas ao trabalho. Colocada a proposta em votação, foi aprovada com uma abstenção.

Proposição da Conselheira Edna Pedroso de Moraes para que seja feito um voto de congratulações com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Geraldo Pinheiro Franco e a todas as autoridades que foram agraciadas com a "Medalha de Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado", no dia 13.08.2020, em comemoração aos 198 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A Conselheira Edna Pedroso de Moraes pediu somente um voto de congratulações. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria disse ser antirregimental e inoportuna. Colocada em votação, foi rejeitada.

Proposição da Conselheira Lizabete Machado Ballesteros para serem requisitadas informações à Diretoria Executiva, indagando como são os meios para ingresso dos associados à AFPESP, quais valores de títulos e comissões, número de associados que entraram e saíram do quadro AFPESP de 2019 até o momento, inadimplência; e indicação à Diretoria Executiva, para que posicione o Conselho Deliberativo, a cada 6 meses, sobre associados inadimplentes. A Conselheira justificou o pedido em vista dos últimos acontecimentos sobre a situação funcional dos servidores públicos. Em votação, foi aprovada por maioria.

Proposição do Conselheiro Antônio Arnosti, solicitando à Diretoria Executiva informações a respeito de todos os pagamentos efetuados à empresa Oracle e suas credenciadas, de janeiro a julho de 2019. Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade.

Indicação da Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado para que a Comissão Mista da Reforma do Estatuto seja encerrada e outra venha a ser constituída. O Conselheiro Edison Pincelli, em questão de ordem, sustentou que o plenário do Conselho Deliberativo não tem competência para encerrar uma comissão constituída pela Diretoria Executiva e que a indicação estava prejudicada. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, informou que o Conselho pode deliberar se continua ou não participando de uma Comissão Mista, formada por uma portaria exclusiva da Diretoria Executiva. A Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado louvou a iniciativa do Conselheiro Geraldes que fez um trabalho muito bom no sentido de estudar todos os artigos. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges enfatizou que o Conselho Deliberativo só tem a Comissão Permanente de Assuntos Estatutários e Regimentais. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria deixou bem claro que embora integrante da Comissão Mista, em nenhum momento foi convocado, sequer cientificado da realização das reuniões, e pediu que fosse registrada a sua inciência de tudo que possa ter acontecido, eximindo-se de qualquer responsabilidade. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, informou que o Coordenador da Comissão Mista, Senhor Geraldes, estava dando por encerrado os

trabalhos e disse que entregou o anteprojeto ao Presidente Gradim. O Conselheiro Edison Pincelli disse que foram entregues o anteprojeto e mais 155 emendas feitas pelos Conselheiros. A Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado optou pela retirada de pauta. Consultado o Plenário, foi aprovada por unanimidade a retirada da indicação.

Proposição da Conselheira Edna Pedroso de Moraes em que, em função da isenção do IPTU da Unidade de Lazer de Guarujá, solicita informações à Diretoria Executiva sobre quais Unidades de Lazer são isentas e quais são os valores pagos nas Unidades em que não há isenção. E também quais são os valores pagos a título de IPTU e eventuais alugueis relativos aos Escritórios Regionais. Disse que sua proposição era para saber quais unidades de lazer são isentas de IPTU e quais os valores pagos nas demais unidades e quanto aos aluguéis pagos nas Unidades Regionais. Colocada em votação, foi aprovada por maioria.

Proposição da Conselheira Vera Lúcia Pinheiro Morgado de solicitação à Diretoria Executiva sobre a recontratação de empregados das Unidades de Lazer reabertas, com base na Portaria 16.655/20, de 14 de julho de 2020. Colocada em votação, foi aprovada por maioria.

Proposição da Conselheira Helena Niskier em que solicita informações ao Chefe de Gabinete, Luiz Manoel Geraldes sobre postagens oficiais em mídias sociais, propondo-se a realizar "por enquanto via Internet, talvez em breve presencialmente, encontros mensais destinados a informar, compartilhar, falar sobre a verdade, ouvir, aprender com vocês sempre trazem como alternativas para os problemas de gestão da nossa AFPESP. Vamos começar ainda este mês de setembro; organizar em nome da produtividade grupos de até 20 pessoas por encontro; vamos relacionar os e-mails e celulares de cada grupo para que eu possa enviar os convites; vamos juntos, trabalhar pela verdade, informação, crítica construtiva...". O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges, indagou se a proposta da Conselheira era sobre se haveria comunicação ao Conselho Deliberativo e se os Conselheiros seriam convidados para participar dessas reuniões, como representantes dos associados. Colocada em votação, foi aprovada por maioria.

Inclusão na pauta do Ofício da Diretoria Executiva 120/20, de 14 de setembro, para indicação de novos Coordenadores: Conselheiros José Carlos Carone e Paulo Lucas Basso, respectivamente, para Associativismo e Turismo. O Ofício da Presidência da Diretoria Executiva foi entregue dia 15 de setembro, fora do prazo estipulado para elaboração da pauta, que foi dia 11 de setembro. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges colocou em votação. Aprovada por unanimidade.

Pequeno Expediente

Assumiu a presidência, a Vice-Presidente Rosy Maria de Oliveira, Pedido de dispensa da leitura das correspondências Expedidas, das correspondências recebidas, e do Relatório dos Conselheiros afastados para tratamento de saúde, cujo resumo todos receberam. O Conselheiro Cássio Juvenal Faria disse ser claro o caso de dispensar essa leitura, porque em termos regimentais estouramos o prazo regimental de duração da reunião em uma hora, período máximo de prorrogação que o Regimento permite e pediu a verificação de quórum. O Presidente do Conselho Deliberativo, Conselheiro Paulo César Corrêa Borges fez consulta ao plenário, mas face ao adiantado da hora e as dificuldades na recontagem da presença, pela saída de conselheiros que estavam no computo de presença, decidiu encerrar a reunião, agradecendo a todos e aos que ficaram até o final.